

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Humanas (IH)
Departamento de Serviço Social (SER)
Curso de graduação em Serviço Social
Programa de pós-graduação em Política Social



Minicurso sobre Trabalho Infanto-juvenil

Grupo PET/SER/UnB

Clique para editar o estilo do subtítulo mestre

Políticas de Enfrentamento no Contexto das Políticas Públicas

Profº Evilásio Salvador
novembro/2009

Políticas Públicas e Fundo Público

- Fundo Público essencial para acumulação capitalista e para gastos sociais
- Disputa de recursos no orçamento público
- Os interesses dentro do Estado Capitalista são interesses privados
- Neoliberalismo – fortalecimento da liberação financeira e enfraquecimento da proteção social
- Juros do serviço da dívida potencializam a crise estrutural do capitalismo
- Crises financeiras têm custo elevado para os trabalhadores

Políticas Públicas e Fundo Público

- Políticas Públicas sociais como obstáculo abertura comercial e financeira
- Marco da Seguridade Social no Brasil é a CF
- DRU promove uma perversa *alquimia*
- CTB, OSS, DRU – escolhas de políticas econômicas e sociais
- Credores rentistas do capital financeiro

Políticas Públicas e Fundo Público

- **Fundo Público no Brasil configura um Estado Social que não reduz desigualdade social:**
 - **Financiamento regressivo**
 - **Políticas da seguridade social têm padrão restritivo e básico**
- **Recursos das políticas sociais são desviados para outras finalidades**
- **Ausência de uma infra-estrutura de serviços públicos universais (saúde, educação, emprego)**

Políticas Públicas e Fundo Público

- Não existe nenhum benefício familiar, de caráter universal, destinado à proteção social de apoio à infância e adolescência.
- Saúde – gasto público insuficiente para universalização
- Assistência social – focalização do gasto em detrimento da universalização
- Previdência – metade da PEA não tem direito

Estabelecer relações concretas entre o orçamento público e a garantia dos direitos

✓ Operacionalização dos direitos



Princípios da análise do Orçamento Público a partir dos Direitos:

1. O Estado deve aplicar o máximo de recursos disponíveis para efetivar os direitos.

2. A execução visa à realização progressiva dos direitos humanos.

3. O orçamento público deve ser financiado com justiça social.

O orçamento público é

Faixa de renda	CT 2004	CT 2008
até 2 mínimos	48,8%	53,9%
2 a 3 mínimos	38%	41,9%
3 a 5 mínimos	33,9%	37,4%
5 a 6 mínimos	32%	35,3%
6 a 8 mínimos	31,7%	35%
8 a 10 mínimos	31,7%	35%
10 a 15 mínimos	30,5%	33,7%
15 a 20 mínimos	28,4%	31,3%
20 a 30 mínimos	28,7%	31,7%
mais de 30 mínimos	26,3%	29%
Total	32,8%	36,2%

Orçamento e Políticas Públicas (2004 a 2007)

- Gastos da União com direitos crescem abaixo dos gastos totais do orçamento (33% x 27%)
- Participação 43%, excluindo prev. (15%)
- Assistência social supera o gasto com educação
- **Os valores pagos com juros e amortização da dívida nos quatro anos de execução do PPA 2004-2007 são duas vezes superiores ao montante do gasto da União com as funções: assistência social, saúde, trabalho, educação, cultura, direitos da cidadania, habitação, saneamento, gestão ambiental, organização agrária, desportos e lazer**

Funções Orçamentárias em Valores Liquidados (2004 a 2007)
Deflacionados pelo IGP-DI, em R\$ bilhões

Função (Cod/Desc)	2004	2007	Total	Part.	Var. %
01 – Legislativa	4,38	5,20	18,99	0,61%	18,78%
02 - Judiciária	13,05	16,88	57,54	1,85%	29,31%
03 - Essencial à justiça	2,63	3,92	12,48	0,40%	48,94%
04 - Administração	11,07	14,82	48,03	1,54%	33,84%
05 - Defesa nacional	16,82	20,56	72,86	2,34%	22,23%
06 - Segurança pública	3,43	5,56	16,59	0,53%	62,16%
07 - Relações exteriores	1,63	1,55	6,40	0,21%	-4,39%
08 - Assistência social	17,18	25,97	84,09	2,70%	51,16%
09 - Previdência social	205,10	246,28	892,56	28,64%	20,08%
10 - Saúde	40,86	48,04	173,60	5,57%	17,56%
11 - Trabalho	13,27	20,76	66,12	2,12%	56,44%
12 - Educação	18,01	25,58	82,95	2,66%	42,06%
13 - Cultura	0,40	0,80	2,38	0,08%	98,26%
14 - Direitos da cidadania	0,68	0,99	3,67	0,12%	45,85%
15 - Urbanismo	1,48	4,65	10,82	0,35%	214,89%
16 - Habitação	0,61	0,63	3,13	0,10%	4,00%
17 - Saneamento	0,09	1,63	1,89	0,06%	1622,69%
18 - Gestão ambiental	1,48	3,40	8,86	0,28%	130,22%
19 - Ciência e tecnologia	3,23	4,55	15,57	0,50%	40,76%
20 - Agricultura	9,46	11,92	41,66	1,34%	25,98%
21 - Organização agrária	3,24	5,10	16,94	0,54%	57,22%
22 - Indústria	1,92	2,96	8,78	0,28%	54,44%
23 - Comércio e serviços	2,58	3,02	11,81	0,38%	16,98%
24 - Comunicações	0,62	0,95	2,62	0,08%	54,74%
25 - Energia	0,49	0,57	2,07	0,07%	16,20%
26 - Transporte	4,53	12,85	32,44	1,04%	184,08%
27 - Desporto e lazer	0,34	1,49	3,09	0,10%	342,00%
28 - Encargos especiais	295,34	401,45	1.418,09	45,51%	35,93%
Total	673,92	892,11	3.116,05	100,00%	32,38%
Funções DHESCAS (1)	302,74	385,33	1.350,10	-	27,28%
Part. no Orçamento em %	44,92%	43,19%	43,33%	-	-
Excluindo Previdência em %	14,49%	15,59%	14,68%	-	-

Fonte: SIAFI/SIGA Brasil.

Estabilização (?) nos gastos sociais

TABELA 8

GSF¹ – 1995-2006 e estimativa 2007 e 2008

(Em R\$ milhões correntes)

Anos	GSF	PIB	GSF/PIB (em %)
1995	79.324	705.641	11,24
1996	92.705	843.966	10,98
1997	108.073	939.147	11,51
1998	119.975	979.276	12,25
1999	129.506	1.065.000	12,16
2000	148.088	1.179.482	12,56
2001	169.214	1.302.136	13
2002	190.892	1.477.822	12,92
2003	220.161	1.699.948	12,95
2004	256.292	1.941.498	13,20
2005	296.752	2.147.239	13,82
2006	340.011	2.369.797	14,35
2007	390.630	2.597.611	15,04
2008	432.863	2.889.718	14,98

Fontes: Siafi/STN.

Elaboração Disoc/Ipea.

Despesas com a Dívida, 2004 a 2007

Ano	Juros e Encargos(a)	Amortizações (b)	Despesas Financeiras (c) = (a) + (b)	Refinanciamento
2004	74.373,39	71.677,57	146.050,96	364.418,01
2005	89.839,64	49.274,21	139.113,85	495.579,15
2006	151.151,88	120.929,46	272.081,34	376.832,92
2007	140.311,78	97.093,32	237.405,11	374.783,32
Total	455.676,70	338.974,55	794.651,25	-
Participação no Orçamento em %				
2004	13,68%	13,18%	26,86%	
2005	14,80%	8,12%	22,92%	
2006	18,73%	14,99%	33,72%	
2007	18,18%	12,58%	30,77%	
Média	16,35%	12,22%	28,57%	

Tabela 47

Participação da DRU no Superávit Primário
Valor em R\$ Bilhões, Deflacionados pelo IGP-DI

Ano	DRU (a)	Superávit Primário do Governo Central (b)	Participação da DRU (a /b)
2000	32,20	44,31	72,66%
2001	32,08	41,90	76,56%
2002	32,48	55,13	58,92%
2003	33,89	58,96	57,49%
2004	34,90	64,92	53,76%
2005	36,28	63,14	57,47%
2006	35,83	54,89	65,27%
2007	40,69	62,46	65,15%
Total	278,35	445,70	62,45%

Fonte: STN.

Elaboração própria.

Tabela 21

Orçamento da Seguridade Social: Distribuição dos Recursos entre as Políticas Sociais - 2000-2007 (1)**Valores em R\$ milhões correntes**

Políticas da Seguridade Social	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Previdência Social	93.407,56	107.544,25	123.218,08	145.477,54	165.509,44	187.799,51	212.965,46	234.374,19
Saúde	20.270,12	23.633,85	25.434,63	27.171,84	32.972,89	36.483,27	40.577,22	45.713,13
Assistência Social	4.442	5.298	6.513	8.416	13.863	15.806	21.555	24.714
Total em R\$ milhões correntes	118.120	136.476	155.166	181.066	212.345	240.089	275.097	304.801
Participação em %	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Previdência Social	79,08%	78,80%	79,41%	80,35%	77,94%	78,22%	77,41%	76,89%
Saúde	17,16%	17,32%	16,39%	15,01%	15,53%	15,20%	14,75%	15,00%
Assistência Social	3,76%	3,88%	4,20%	4,65%	6,53%	6,58%	7,84%	8,11%
Total em %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Políticas em % PIB	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Previdência Social	7,92%	8,26%	8,34%	8,56%	8,52%	8,74%	8,99%	9,16%
Saúde	1,72%	1,82%	1,72%	1,60%	1,70%	1,70%	1,71%	1,79%
Assistência Social	0,38%	0,41%	0,44%	0,50%	0,71%	0,74%	0,91%	0,97%
Total em % do PIB	10,01%	10,48%	10,50%	10,65%	10,94%	11,18%	11,61%	11,91%
PIB em R\$ milhões (2)	1.179.482	1.302.136	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.944	2.369.797	2.558.821

Fonte: SIAFI/SIDOR

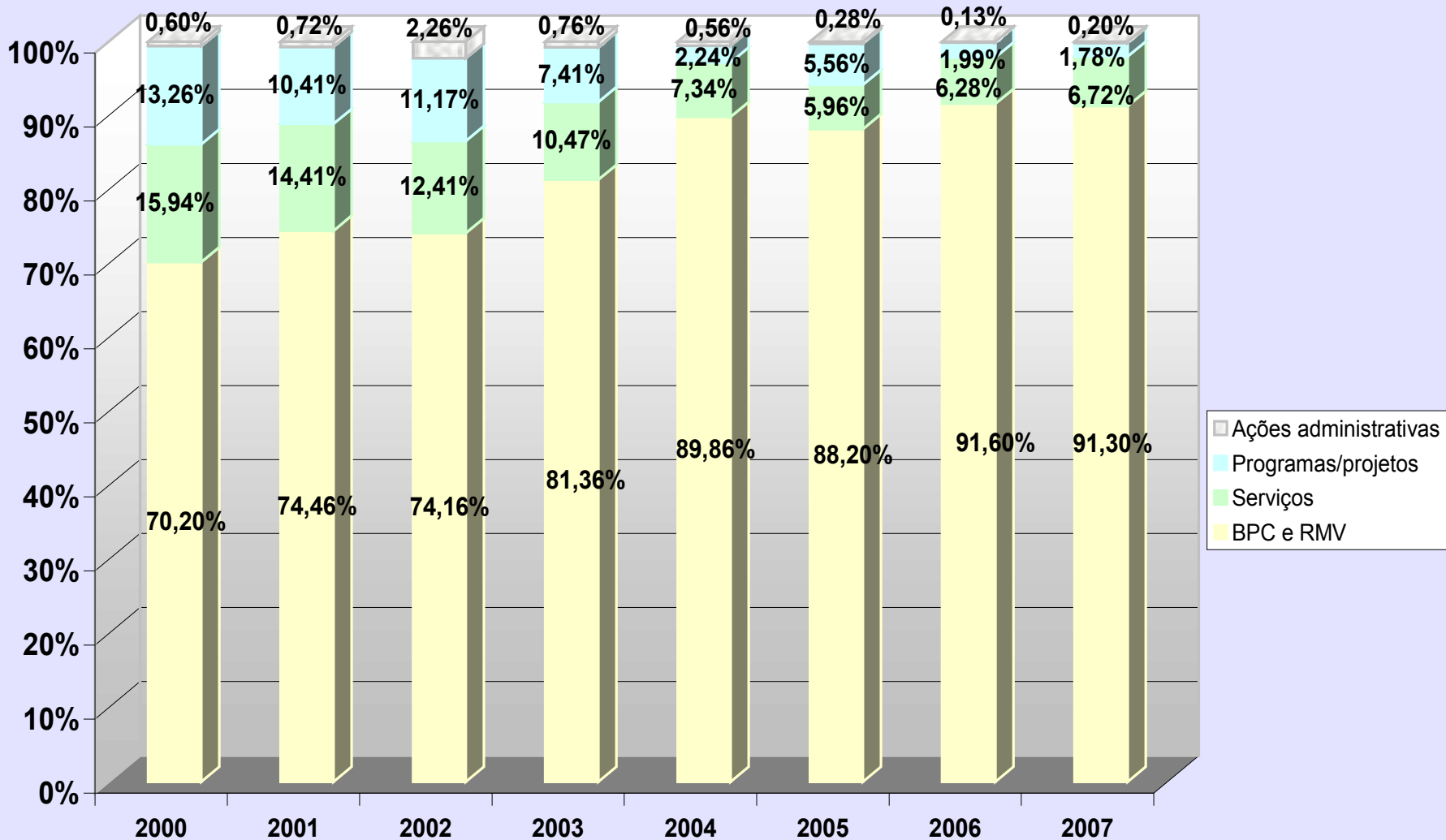
Elaboração própria a de dados citados por Behring e Boschetti (2006), Boschetti e Salvador (2006). Os dados do PIB foram revisados, em 2006, pelo IBGE. Vide nota 2 desta tabela.

(1) Recursos liquidados nas funções orçamentárias da previdência, saúde e assistência social

(2) Contas Nacionais do IBGE 2000-2005 e contas nacionais 2002-2006 (divulgada em 05/11/2008)

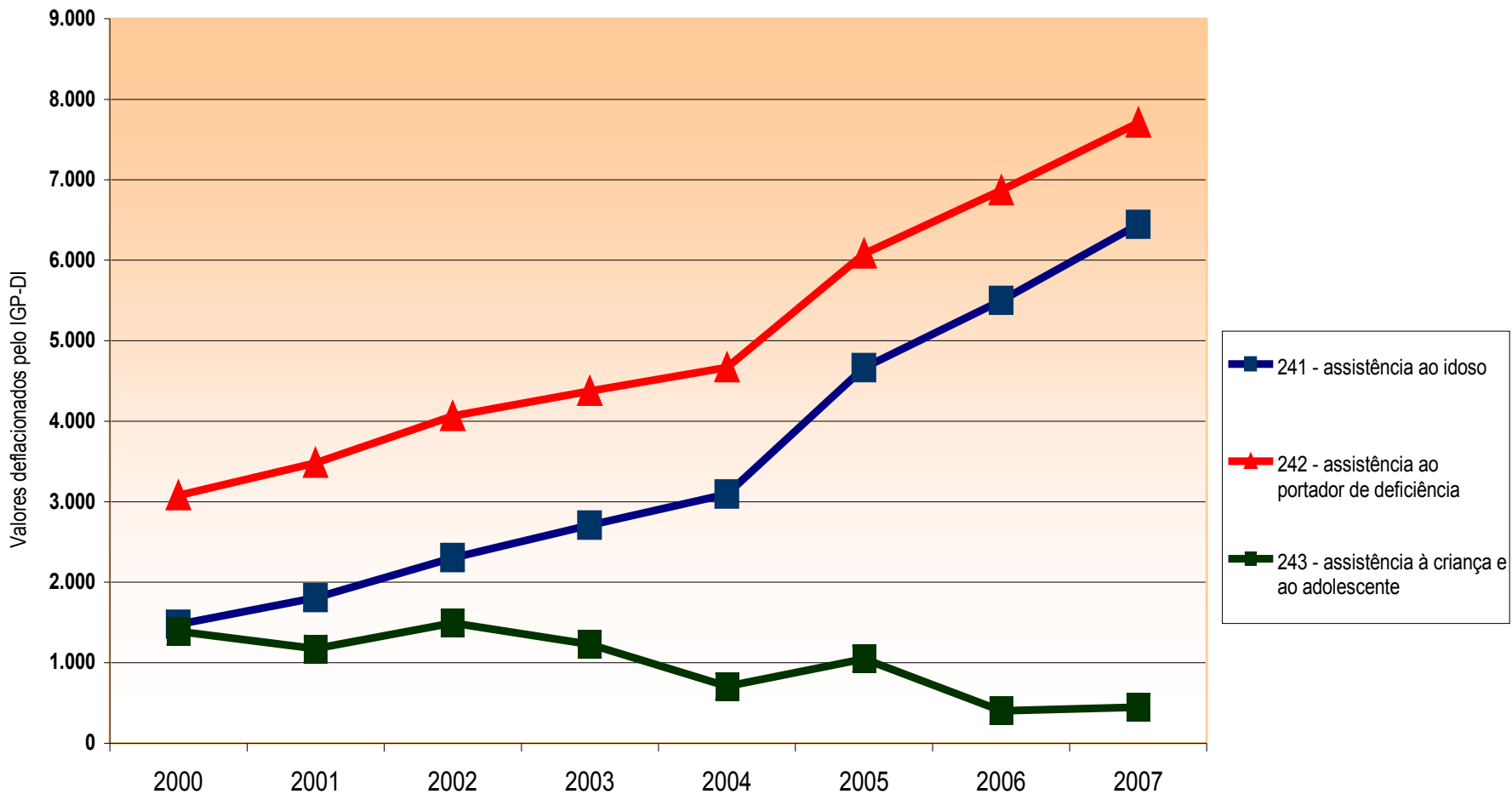
Para 2007, o PIB foi estimado a partir da contas nacionais trimestrais (referência 2000).

Gráfico 7
Distribuição dos Recursos do FNAS (2000 a 2007)



Fonte: SIAFI/SIGA.
 Elaboração própria

Gráfico 5
Evolução de subfunções selecionadas
(orçamento do FNAS - 2000 a 2007)



Fonte: SIAFI/SIGA.

Elaboração própria.

Nota: em 2004, os recursos da subfunção transferências foram ajustados para as subfunções assistência ao idoso e assistência ao portador de deficiência

Dados para Elaborar propostas de enfrentamento do Trabalho Infantil

Crianças e Adolescentes: trabalho e escolaridade

TRABALHO E ESCOLARIDADE

4,8 milhões DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE 5 E 17 ANOS TRABALHAM

44,9%
NÃO RECEBEM
REMUNERAÇÃO*

39,9%
EXERCEM
ATIVIDADES AGRÍCOLAS

19,8%
VIVEM EM DOMICÍLIOS SEM
RENDIMENTO OU COM RENDIMENTO
MENSAL DE $\frac{1}{4}$ DO SALÁRIO
MÍNIMO POR PESSOA

ENTRE 5 E 13 ANOS

1,2 milhão
TRABALHA

60%
EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS

60%
NÃO RECEBEM SALÁRIO

TRABALHADORES DOMÉSTICOS

17,3%
TÊM ENTRE 5 E 13 ANOS

44,3%
TÊM ENTRE 14 E 15 ANOS

66,3%
TÊM ENTRE 15 E 17 ANOS

Fonte: PNAD 2007

* Na semana de referência em que foi feita a PNAD-2007

Execução Orçamentária do PETI

Valores em Milhões - período de 2004 a 2008

Função (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	Autorizado	Liquidado	Execução
Assistência social	Ações socioeducativas e de convivência para crianças e adolescentes em situação de trabalho	950,27	808,29	85%
	Atendimento a criança e ao adolescente em jornada ampliada	205,85	205,08	100%
	Concessão de bolsa para crianças e adolescentes em situação de trabalho	499,65	466,87	93%
	Publicidade de utilidade pública	1,44	1,44	100%
	Serviços de concessão, manutenção, pagamento e cessação da bolsa PETI.	6,79	6,79	100%
Trabalho	Fiscalização para erradicação do trabalho infantil	6,85	4,37	64%
	Atualização do mapa de focos de trabalho infantil	0,50	0,00	0%
	Publicidade de utilidade pública	0,70	0,47	67%
	Apoio técnico a escola do futuro trabalhador	0,46	0,22	47%
Direitos da cidadania	Apoio aos fóruns de erradicação do trabalho infantil	0,37	0,17	47%
	Total	1.672,87	1.493,69	89%

Fonte: SIAFI/SIGA Brasil

Elaboração própria

Orçamento do PETI liquidado na Assistência Social (Valores R\$ milhões - IGP-DI)

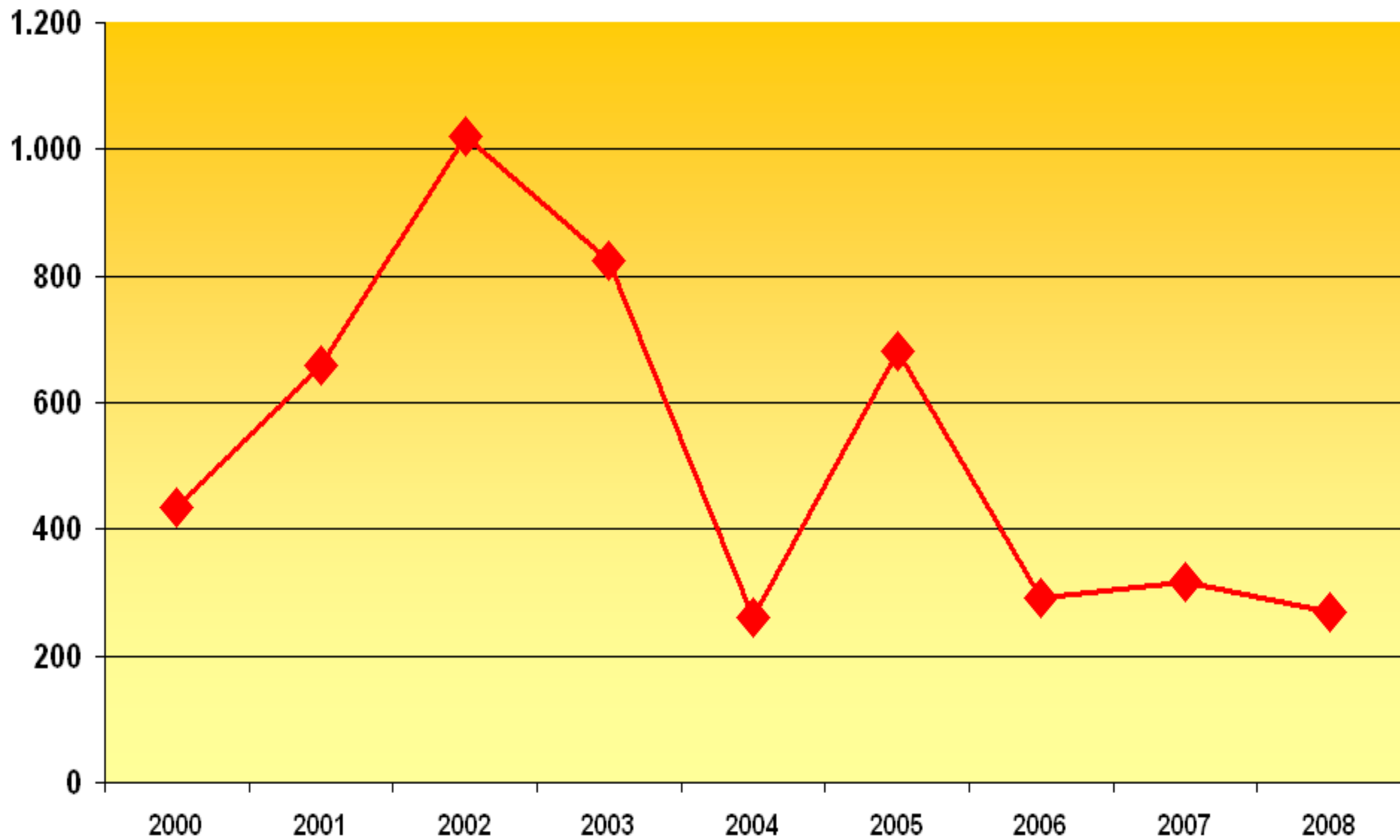
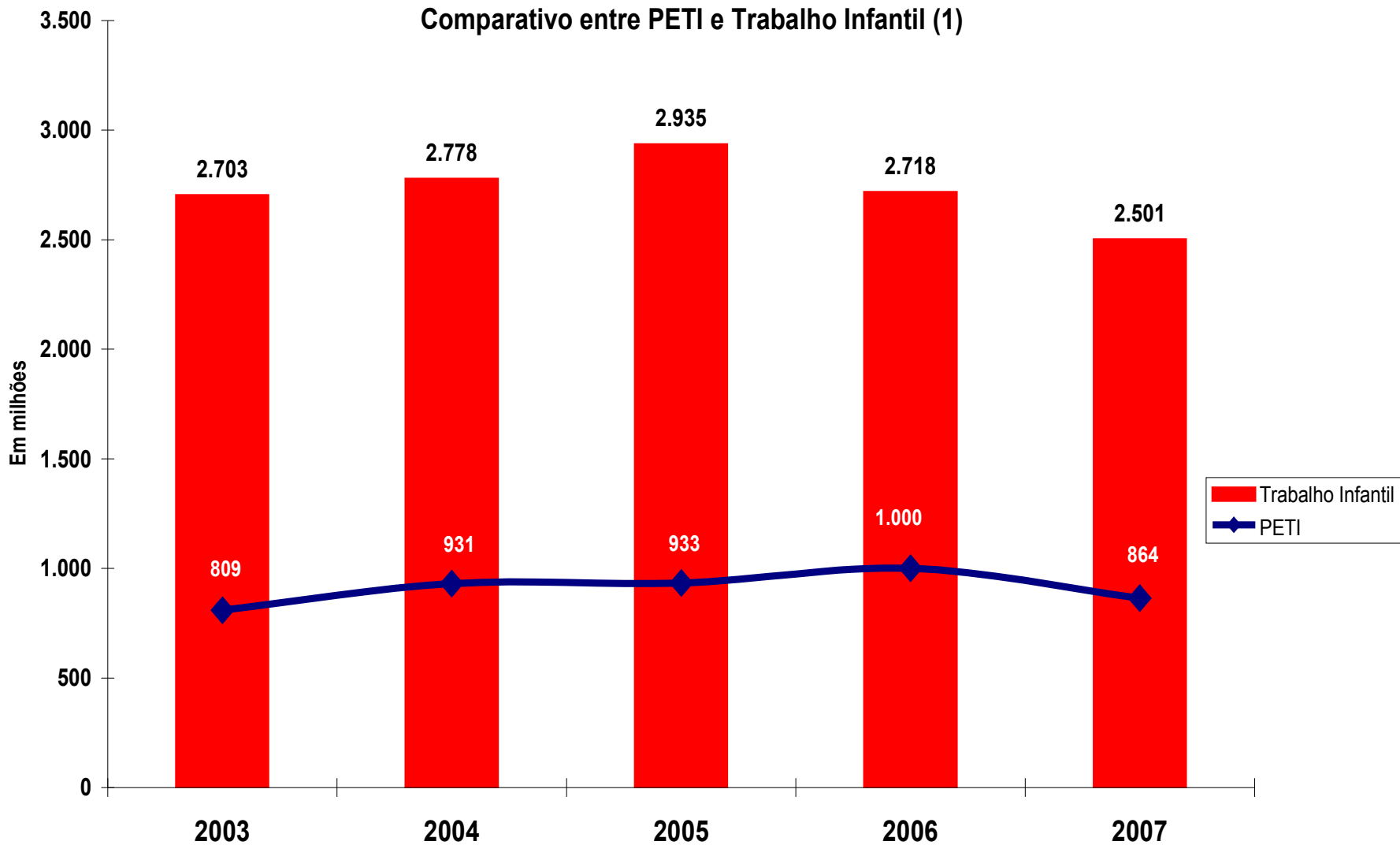


Gráfico 6
Comparativo entre PETI e Trabalho Infantil (1)



Fonte: PNADs e MDS.

Elaboração própria. Nota: (1) O trabalho infantil refere-se as crianças e adolescente de 5 a 15 anos ocupadas, conforme dados da PNAD.

Integração entre PETI e PBF

(Portaria GM/MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005)

Quadro 1

Critérios para concessão de bolsa para erradicação do trabalho infantil

Programa Bolsa Família (PBF)
Famílias em situação de trabalho infantil com renda *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 120,00

Famílias com renda per capita de até R\$ 60,00: R\$ 58,00+R\$ 18,00 por beneficiário (no máximo até três)

Famílias com renda per capita entre R\$ 60,01 e R\$120,00: R\$ 18,00 por criança ou adolescente de até 15 anos (no máximo até três)

PETI
Famílias em situação de trabalho infantil com renda *per capita* mensal superior a R\$ 120,00

Famílias residentes na área urbana têm direito à bolsa mensal no valor de R\$ 40,00 por criança/adolescente.

Famílias residentes na área rural têm direito à bolsa mensal no valor de R\$ 25,00 por crianças/adolescente.

Fonte: Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007, p. 26 do caderno 17.

Elementos para a Política de Enfrentamento ao Trabalho Infantil

- Fim da DRU
- Não contingenciamento de recursos
- Execução integral do orçamento
- Articulação das políticas públicas: assistência social, educação e trabalho
- Expansão dos serviços sociais
- Benefício familiar, de caráter universal, destinado à proteção social de apoio à infância e adolescência